

EXCELENTÍSSIMO(A) PREGOEIRO(A) DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MENDES - ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

Assunto: PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025-FME.

Processo Administrativo N.º 008/2025-FME

A empresa RODRIGUES & CUNHA TRANSPORTES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 11.413.391/0001-92, vem, por intermédio de sua representante legal, a Sr. REGINA DE OLIVEIRA RODRIGUES, portador da Carteira de Identidade nº 127382935-IFP-RJ e do CPF nº 055.417.997-08, apresentar IMPUGNAÇÃO face ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025-FME. Processo Administrativo N.º 008/2025-FME, com base nas inconsistências e irregularidades expostas a seguir:

**- Do Prazo:**

A data fixada para abertura da sessão pública da licitação ora em vista está agendada para que ocorra em 23/09/2025. Nos termos do Edital, o prazo para apresentação de impugnação aos termos do Edital encerra-se três dias úteis antes daquela data, logo em 18/09/2025. Apresentada a presente nesta data, 18/09/2025, considera-se, portanto, tempestivo o pedido.

**- Das Razões Impugnatórias:**

**Achado 1 – Dos Motivos Ensejadores Da Impugnação;  
DA EXIGÊNCIA DAS QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

**7.6. Qualificação técnica**

7.6.1. Apresentação de, pelo menos, um “atestado de capacidade técnica” emitido em nome da proponente, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em papel timbrado do emissor, comprovando que a contratada já executou, de forma satisfatória, obrigações da mesma natureza do objeto da presente licitação.

7.6.2. Para o Lote I- Autorização da empresa para transporte intermunicipal, classificado como “fretamento eventual”, emitida pelo DETRO/RJ. Art. 97 Decreto Nº 3893 DE 22/01/1981 e Art. 95 Decreto nº 42.868 de 28/02/2011

7.6.3. Para os Lotes II e III - Autorização da empresa para transporte intermunicipal, classificado como “fretamento contínuo”, emitida pelo DETRO/RJ. Art. 97 Decreto Nº 3893 DE 22/01/1981 - Art.106-A do Decreto n.º 42.868 de 28/02/2011.

7.6.4. Apresentar declaração ciência da exigência constante do item 4.1.4 e subitem 4.1.4.1 do Termo de Referência, referente à obrigatoriedade de: apresentar autorização dos veículos de transporte intermunicipal, classificados conforme regime de fretamento, emitida pelo DETRO/RJ, em observância à fabricação mínima prevista na Portaria DETRO/PRES nº 1250/2016, alterada pela Portaria DETRO/PRES nº 1509/2020; (ANEXO IV.d1)

Torna-se público que a Fundo Municipal de Educação - FME, por meio do Setor de Licitações, sediado na Rua Vereador Airton Leal Cardoso, nº 01, Verdes Campos, Aperibé-RJ, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal Nº. 1108 de 07 de maio de 2024, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Municipal Nº. 880, de 21 de setembro de 2023, Lei Municipal nº 805 de 27 de outubro de 2021, Decreto Municipal 1033/2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Podemos definir a licitação como uma invitatio *ad offerendum*, isto é, um convite do poder público aos administrados para que façam suas propostas e tenham a chance de ser por ele contratados, para lhes executarem uma prestação de dar ou fazer, **OBEDECENDO SEMPRE AS DISPOSIÇÕES ELENCADAS NA LEI 14.133/2021.**

A mencionada lei em seu artigo 5º prevê a observância pelo Pregoeiro de determinados princípios básicos, senão vejamos:

**“Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).**

...

Verifica-se, portanto, que a **LEGALIDADE** e **COMPETITIVIDADE** são princípios básicos do procedimento licitatório. Tal previsão encontra abrigo na Carta Magna, em seus artigos 5º, II e art. 37, que determina **DEVER** da Administração Pública de apenas fazer ou deixar de fazer aquilo que é previsto na legislação.

**ENDEREÇO: RUA ANGELINA FIGUEIRA - 7 - PQ VALDARIOSA - QUEIMADOS-RJ CEP: 26311-020**

**E-MAIL: RODRIGUESECUNHA@HOTMAIL.COM - TELEFONE: (24)99223-3169**

No caso vertente vislumbra-se que o EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025-FME **NÃO OBEDECE AS DISPOSIÇÕES EM VIGOR ATINENTES À ESPÉCIE**, eis que contém cláusulas que são totalmente em desacordo com a legislação vigente.

De análise do Edital regulador do certame, evidencia-se dos itens 7.6. Qualificação Técnica, o que segue abaixo:

#### **“7.6. Qualificação técnica**

**7.6.1. Apresentação de, pelo menos, um “atestado de capacidade técnica” emitido em nome da proponente, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em papel timbrado do emissor, comprovando que a contratada já executou, de forma satisfatória, obrigações da mesma natureza do objeto da presente licitação.**

**7.6.2. Para o Lote I- Autorização da empresa para transporte intermunicipal, classificado como “fretamento eventual”, emitida pelo DETRO/RJ. Art. 97 Decreto Nº 3893 DE 22/01/1981 e Art. 95 Decreto nº 42.868 de 28/02/2011**

**7.6.3. Para os Lotes II e III - Autorização da empresa para transporte intermunicipal, classificado como “fretamento contínuo”, emitida pelo DETRO/RJ. Art. 97 Decreto Nº 3893 DE 22/01/1981 - Art.106-A do Decreto n.º 42.868 de 28/02/2011.**

**7.6.4. Apresentar declaração ciência da exigência constante do item 4.1.4 e subitem 4.1.4.1 do Termo de Referência, referente à obrigatoriedade de: apresentar autorização dos veículos de transporte intermunicipal, classificados conforme regime de fretamento, emitida pelo DETRO/RJ, em observância à fabricação mínima prevista na Portaria DETRO/PRES nº 1250/2016, alterada pela Portaria DETRO/PRES nº 1509/2020; (ANEXO IV.d1)”**

Pois bem, após evidenciar tais condições constantes no Edital, verificou-se que os serviços que a Administração pretende contratar corresponde ao transporte escolar, com itinerário para além das proximidades do município de Aperibé.

Assim fica definido, de acordo com o art. 95 do Decreto nº 45.868 de 28/02/2011:

**“§ 2º Considera-se serviço de fretamento eventual aquele ajustado diretamente entre o usuário e a transportadora, com emissão de Nota Fiscal, não sendo admitida intermediação de terceiros, sendo obrigatória a apresentação do comprovante da Autorização de Viagem previamente fornecida pelo DETRO/RJ, na forma da regulamentação a ser expedida pela autarquia.”**

Nesse prisma, por força da legislação de regência, as empresas interessadas em prestar os referidos serviços de transporte, caracterizado como **fretamento eventual e contínuo**, devem apresentar, obrigatoriamente, o Certificado emitido pelo Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro – DETRO-RJ, conforme dispõe o art. 97, do Decreto nº 3.893/81:

**“Art 97 A operação dos serviços de fretamento será executada por empresa ou cooperativa em cujos atos constitutivos conste como objetivo principal o transporte rodoviário de passageiros, com registro específico para tal fim no DETRO/RJ e constituído na forma da legislação aplicável à espécie.”**

Considerando que, o município de Aperibé é cortado pela RJ 116 mesma é uma rodovia estadual, a qual é fiscalizada pelo Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro – DETRO-RJ.

Considerando ainda que, o Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro – DETRO-RJ atua na fiscalização e regulamentação do transporte rodoviário intermunicipal de passageiros e cargas, garantindo a segurança, o conforto, a acessibilidade e a legalidade dos serviços. O DETRO-RJ também estabelece tarifas, autoriza e fiscaliza veículos, e combate o transporte clandestino, incluindo ônibus e vans irregulares.

Nesse prisma e considerando que os serviços prestados não compreendem, somente, fretamento contínuo, mas também transporter escolar, tem que se observar o Artigo 106 do DECRETO Nº 3.893, DE 22 DE JANEIRO DE 1981:

**“Art. 106. O transporte escolar, contratado por Associação de Pais e Alunos, entidade equivalente ou pelo próprio estabelecimento de ensino, será prestado por empresa de transporte ou cooperativa, sujeitando-se às disposições**

**ENDEREÇO: RUA ANGELINA FIGUEIRA - 7 - PQ VALDARIOSIA - QUEIMADOS-RJ CEP: 26311-020**

**E-MAIL: RODRIGUESECUNHA@HOTMAIL.COM - TELEFONE: (24)99223-3169**

constantes deste Regulamento e as normas complementares editadas pelo DETRO/RJ, bem como às regras específicas estabelecidas por órgãos federais e estaduais normativas de trânsito.

§ 1º Os veículos contratados por órgãos públicos, e a serviço desses para o transporte de estudantes de ensino fundamental ou médio deverão possuir caracterização externa nos moldes da legislação vigente, devendo o contratado possuir registro específico para transporte escolar.

§ 2º Fica vedada a utilização de veículo de transporte escolar para a realização de qualquer outra modalidade de transporte (Redação dada pelo Decreto nº 42868/2011)”

Diante do exposto, fica cristalina a necessidade da exigência de certificado do DETRO-RJ também na modalidade transporte escolar.

A exigência para tal condição de habilitação está balizada entre ditames legais, sendo indispensável a exigência conjunta do registro do DETRO nas modalidades de Fretame Eventual, Fretamento Contínuo e Transporte Escolar, para que a Administração Pública não venha celebrar contrato com empresa que esteja em desconformidade com as legislações vigentes, quanto ao exercício de sua atividade, conforme o Artigo 108 do DECRETO Nº 3.893, DE 22 DE JANEIRO DE 1981.

“Art. 108. A execução do transporte escolar far-se-á mediante autorização e registro no DETRO/RJ, à exceção dos estabelecimentos de ensino, para os quais bastará o cadastramento do veículo, licenciado no DETRAN/RJ em nome da razão social do estabelecimento de ensino, e do condutor, devidamente habilitado na forma da lei, com vínculo empregatício (Redação dada pelo Decreto nº 42868/2011)”

Considerando que o inciso IV, do art. 67, da Lei Federal Nº 14.133/2021, a exigência de vinculação do Edital às Leis Especiais, especificamente no que diz respeito ao objeto desta contratação à apresentação do registro no DETRO, conforme diz:

“Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

...

IV - prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;”

Nessa linha de raciocínio, tem-se que as normas acima colacionadas, demonstram que a presente impugnação se justifica visto que é medida hábil para suscitar eventuais irregularidades passíveis de retificação pela Administração Pública, quando essas inviabilizam a formulação de proposta a ser apresentada pelos licitantes, como, também, a seleção da proposta mais vantajosa pelo ente público, entendida aquela que apresenta a melhor oferta, ou seja, àquela que conjuge o melhor preço e a QUALIFICAÇÃO da empresa que se sagrará vencedora do certame.

## **Achado 2 – Dos Motivos Ensejadores Da Impugnação;**

### **DA PRECIFICAÇÃO:**

Ao analisarmos o edital, observamos os mesmos valores estimas para percursos distintos, ou seja, os mesmo valores estimados para percursos de curta duração e percursos de longa duração.

Diante do exposto, solicitamos a revisão da cotação de preços para a devida apuração dos valores informados nos instrumento convocatório.

### **- DESFECHO**

Postas em mesa todas essas ilegalidades, irregularidades e incongruências do Edital e seus anexos do EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025-FME, é inescusável a imprescindibilidade da REVOGAÇÃO do instrumento convocatório do certame, para sua correção e posterior republicação, a fim de garantir a lisura do certame e o sucesso no atendimento ao supremo interesse público de que se reveste.

Queimados-RJ, 18 de setembro de 2025.

**ENDEREÇO: RUA ANGELINA FIGUEIRA - 7 - PQ VALDARIOSA - QUEIMADOS-RJ CEP: 26311-020**  
**E-MAIL: RODRIGUESECUNHA@HOTMAIL.COM - TELEFONE: (24)99223-3169**

---

**REGINA DE OLIVEIRA RODRIGUES**

**CPF 055.417.997-08**

**Sócia-Administradora**

**ENDEREÇO: RUA ANGELINA FIGUEIRA - 7 - PQ VALDARIOSA - QUEIMADOS-RJ CEP: 26311-020**  
**E-MAIL: RODRIGUESECUNHA@HOTMAIL.COM - TELEFONE: (24)99223-3169**